

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ciro Nogueira usa empresa para alugar mansão de amigo de Flávio Bolsonaro 3

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados em trabalhos precários serão mais comuns do que gostaríamos? 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
SERVIDOR PÚBLICO

Wilson Lima vira réu por mau uso de verbas para pandemia 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Especialistas debatem pirataria no Brasil 10

FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Diesel em carros e benefício a aéreas; confira os jabutis da MP dos combustíveis 11

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro quer mostrar Brasil que avança, mas economistas temem aumento do buraco fiscal
..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

GDF vai reduzir ICMS para baratear alimentos 15

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Biden joga o seu futuro na aprovação de pacote econômico 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Para o País voltar a crescer - RAUL VELLOSO 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

O Brasil na ONU (Editorial) 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Situação econômica do país piorou para 69% dos brasileiros 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Mais de 70% consideram que governo tem responsabilidade por inflação e desemprego
..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Consumo de carne diminuiu para 2 em cada 3 pessoas, mostra Datafolha 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

45% têm dívidas ou faturas atrasadas; cartão de crédito e conta de luz lideram inadimplência
..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Sem acordo com STF, precatórios buscam solução via PEC 31

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

A contrarreforma administrativa (Editorial) 33

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

O desmanche da ciência (Editorial) 34

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Dois "Jaíres", dois Brasis - ELIANE CANTANHÊDE 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Crise da Evergrande desafia a China, derruba mercados e impacta o Brasil 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado já projeta alta de 8,35% para inflação e Selic de 8,25% 40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Governo vê volta de contas no azul a partir de 2023 41

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Alta de preços: 75% da população culpa Bolsonaro 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

País melhora em inovação, mas desempenho segue ruim 43

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Brasil lidera, mas inflação alta assombra toda a AL 44

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Novos e velhos desafios fiscais esperam Estados e municípios (Editorial) 45

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

"Tem faltado respeito na relação entre os Poderes" 46

Ciro Nogueira usa empresa para alugar mansão de amigo de Flávio Bolsonaro



O ministro Ciro Nogueira em Brasília. Evaristo Sá - 26 ago. 21/ AFP

Vinicius Sassine Brasília

O ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP), usou a filial de sua empresa de venda de motos no Piauí para alugar neste ano uma mansão no Lago Sul em Brasília comprada meses antes por um advogado amigo do senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) e blindado na CPI da Covid.

Willer Tomaz de Souza, 40, comprou a mansão por R\$ 4,55 milhões em outubro de 2020. Em janeiro, pegou as chaves do imóvel.

Um dos líderes do centrão, Ciro se mudou para a casa em abril, quando ainda exercia o mandato de senador pelo PP do Piauí. Desde 28 de julho, é ministro do governo Jair Bolsonaro (sem partido) e despacha no Palácio do Planalto.

A casa tem 632 m2 construídos. Possui quatro suítes, hidromassagem, piscina, sauna, churrasqueira e elevador.

Para comprar a mansão, Willer fez uso de sua empresa de administração de imóveis, a WT Administração de Imóveis e Bens.

A casa é alugada, para fins residenciais, pela Ciro Nogueira Comércio de Motocicletas Ltda, mais especificamente pela filial que fica em Teresina. O contrato de locação foi assinado por um procurador da empresa, o advogado Emmanuel Nogueira Lima.

O uso de um CNPJ no aluguel de um imóvel de luxo com fim residencial não é a praxe nesse tipo de negócio, segundo corretores que atuam no Lago Sul, uma das áreas mais nobres de Brasília.

A filial usada no contrato de aluguel não foi declarada pelo então candidato à Justiça Eleitoral em 2018, ano em que se reelegeu senador. Ciro declarou a matriz, sediada em Caxias (MA), que tem capital social de R\$ 20 milhões. Segundo procuradores da República que atuam na área eleitoral, filiais também precisam ser declaradas pelos candidatos.

O valor do aluguel é de R\$ 15 mil. Estaria abaixo do preço de mercado na região da mansão, conforme corretores e pro-fissionais que atuaram diretamente na venda da casa. O aluguel do imóvel vale entre R\$ 25 mil e R\$ 30 mil, de acordo com esses profissionais.

Willer apresentou à reportagem uma cópia do contrato de aluguel e um extrato bancário com cinco pagamentos pela empresa de motos de Ciro, no valor de R\$ 75 mil. Em nota, o ministro afirmou que "paga religiosamente o valor do aluguel determinado".

Ciro atuou para tentar esvaziar a CPI da Covid. Quando era titular, fez intervenções na comissão em defesa de barrar testemunhas e quebras de sigilos. Com a ida para o Planalto, Flávio Bolsonaro passou a ser suplente na CPI.

O relator da comissão, senador Renan Calheiros (MDB-AL), colocou Willer na mira das investigações a partir de junho, quando ganharam força as investigações sobre suspeitas de corrupção na

negociação de vacinas.

Em 5 de julho, apresentou requerimento com pedido de informações à Receita sobre dez pessoas, Willer entre elas. O relator queria participações societárias nos últimos dez anos, gráficos de relacionamentos e documentos.

Renan alterou o requerimento em 2 de agosto e retirou o nome de Willer. A CPI aprovou o pedido de informações no dia seguinte, e os documentos já foram entregues.

São relacionados, por exemplo, ao dono da Precisa Medicamentos, Francisco Maximiano, responsável pela intermediação do negócio de R\$ 1,6 bilhão da vacina Covaxin, e ao advogado da família Bolsonaro, Frederick Wassef.

Segundo pessoas próximas ao relator, a retirada de Willer foi necessária diante da constatação de que não haveria votos na comissão para aprovar a quebra do sigilo fiscal do advogado.

Willer já foi preso pela PF, em 2017, na operação relacionada à J BS. A suspeita era de que teria atuado como intermediário em vazamento de informações do Ministério Público Federal. "Fui denunciado. Os delatores se retrataram. A denúncia foi rejeitada. Foi um erro do Judiciário e recebo indenizações", afirmou.

No "quadro de sócios e administradores" da WT, dispo-nível para consulta pública na **Receita Federal**, aparecem os nomes de duas diretoras, que são funcionárias do escritório de advocacia de Willer.

O escritório funciona em uma ampla casa no Lago Sul. O endereço da WT, por sua vez, é em Taguatinga Sul, uma região na periferia de Brasília. No lugar fica uma casa, em reforma, da família do advogado.

A compra da casa foi intermediada por corretores, em nome da WT. Willer financiou R\$ 3,64 milhões no banco, a serem pagos em 35 anos.

O contrato de aluguel não tem testemunhas nem previsão de garantias. Foi assinado em 12 de abril, retroagindo a 1º de abril. De julho de 2019 a abril de 2021, Ciro ocupou um imóvel funcional do Senado. Antes disso, entre 2013 e junho de 2019, o senador recebeu auxílio-moradia, que tem o valor atual de R\$ 5.500.

Para que o benefício seja pago, é necessário apresentar ao Senado nota fiscal da locação. O parlamentar não requereu o auxílio quando se mudou para a mansão no Lago Sul.

OUTRO LADO

Advogado afirma que negócio com o senador foi regular

Procurado pela Folha, Ciro Nogueira não se manifestou, até a conclusão desta edição, sobre o uso da empresa para o contrato do aluguel. Anteriormente, afirmou que "paga religiosamente" o valor previsto.

Willer afirmou que todo o negócio foi regular, que não foi de fachada e que "a relação não é promíscua". No primeiro contato feito pela reportagem, em 18 de agosto, o advogado disse ter 43 casas no Lago Sul. "Estou comprando hoje a 44ª casa", afirmou.

"Eu alugo casas a ministros do STJ [Superior Tribunal de Justiça]. Meu escritório faturou R\$ 100 milhões em 2020", disse. No segundo contato, no último dia 16, ele afirmou que a WT tem mais de 50 imóveis alugados.

Willer disse que seu escritório tem como clientes 40 senadores e 200 deputados - o que corresponde a quase metade do Congresso.

As consultas nos sistemas do STF (Supremo Tribunal Federal) e do STJ mostram que ele advogou diretamente para o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deputado Hiran Gonçalves (PP-RR), deputado Sérgio Vidigal (PDT-ES) e senador Weverton Rocha (PDT-MA).

Além do escritório em Brasília, Willer é sócio de um escritório em Vitória, em parceria com o advogado Eugênio Aragão. Este escritório defendeu Carlos Alberto de Sá, dono da VTCLog, em mandado de segurança no STF. A empresa tem contratos com o Ministério da Saúde e é investigada pela CPI.

Willer entrou em junho no alvo da CPI. No dia do depoimento dos irmãos Miranda, que denunciaram pressão atípica para compra da Covaxin, Renan perguntou a Luís Ricardo Miranda, chefe de importação do Ministério da Saúde se ele conhecia Willer. O servidor disse que não.

Willer é amigo de Flávio e se coloca como uma espécie de conselheiro jurídico do senador. No dia dessa sessão, 25 de junho, Flávio reagiu a Renan. E confirmou que ambos estão em "seu entorno" e são seus amigos.

Ciro estava na sessão, e saiu em defesa de Flávio no episódio em que o filho do presidente levou ao presidente do BNDES, Gustavo Montezano, o dono da Precisa.

Willer conseguiu blindagem na CPI. Não há provas e

documentos que tenham sido colhidos em relação a ele.

Sobre a amizade com Ciro, o advogado afirmou: "O ministro é um senador muito conhecido em Brasília e desconheço métrica objetiva para medir níveis de amizade".

Willer afirmou que a mansão foi colocada em um site de locação de imóveis e que havia uma placa de "aluga-se" na frente, vista pelo senador.

Segundo ele, o aluguel de R\$ 15 mil está dentro dos valores de mercado, e houve um desconto de R\$ 3 mil -o valor inicial era R\$ 18 mil. Não há ilegalidade no uso de uma empresa pelo ministro para alugar o imóvel, segundo o dono da casa. Willer disse ser amigo de políticos, como o presidente da Câmara, da mesma maneira que é amigo de mecânicos, por exemplo.

Quando o repórter pediu para o advogado enumerar seus amigos na política, ele se exaltou. Levantou-se, começou a gritar e a chamar o repórter de "moleque". Aos berros, pediu para o repórter deixar o escritório, onde apresentou o contrato de aluguel no último dia 17. "Publica e eu te coloco na cadeia", disse.

"O ministro [Ciro Nogueira] é um senador muito conhecido em Brasília e desconheço métrica objetiva para medir níveis de amizade" Willer Tomaz de Souza advogado

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

75

Aposentados em trabalhos precários serão mais comuns do que gostaríamos?

Um comovente retrato de um senhor idoso desmaiado de cansaço em um banco de metrô, com a cabeça escorada na mochila de um aplicativo de entrega, vem viralizando nas redes sociais.

A foto não é propriamente nova, começou a circular no início deste ano. O personagem, no caso, é Francisco Sánchez - o Panchito. Morador da Cidade do México, ele complementa o orçamento fazendo delivery de comida pela capital de seu país. A pé. Aos 70 anos.

Em algumas páginas da internet, Panchito é festejado como ícone de resiliência e exemplo a ser seguido - o batalhador que não desiste nunca, mesmo esgotado.

Mas quem para, respira e conta até três logo percebe que a figura do mexicano representa, na realidade, o chamado gerontariado .

Ao pé da letra, gerontariado significa a mistura de gerontologia , o estudo do envelhecimento, com precariado - o conjunto de trabalhadores privados de direitos básicos. O conceito é de Giovanni Alves, sociólogo e professor da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp).

Panchito é o rosto da crescente parcela da população mundial que está envelhecendo e enfrentando cada vez mais dificuldades para arrumar um trabalho decente e pagar as contas no fim do mês. Por sinal, um fenômeno preocupante por aqui também já há algum tempo.

Entre as décadas de 1990 e 2010, apesar do acelerado ritmo de envelhecimento da população brasileira, a participação de idosos no mercado de trabalho brasileiro teve queda de 12%. O dado é de um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) .

Há vários motivos que explicam esse fechamento de portas, afirma Bruno Chapadeiro, professor de pós-graduação de psicologia da saúde da Universidade Metodista.

Invariavelmente, estão relacionados ao chamado idadismo , como é conhecido o preconceito contra idosos. Às vezes, eles são vistos como dinossauros , parados no tempo. Às vezes, são enxergados como profissionais caros demais para as empresas , analisa

o professor.

Tudo isso tem a ver com as profundas transformações demográficas que vêm acontecendo em escala global. Só no Brasil, por exemplo, existem hoje cerca de 30 milhões de pessoas acima dos 60 anos. Ao longo das próximas três décadas, esse contingente deve mais do que dobrar .

Não é sem motivo, portanto, que a sustentabilidade financeira dos sistemas de Previdência desperte tanta preocupação entre gestores públicos. Em todo o planeta, reformas têm sido aprovadas nos últimos anos para retardar o pagamento de pensões.

De fato, estamos vivendo mais - o que, em tese, justificaria o prolongamento do tempo dedicado ao trabalho. Mas também é verdade que a expectativa de vida já não aumenta no mesmo ritmo de décadas atrás. Além disso, é importante lembrar que viver mais nem sempre é sinônimo de viver bem. Principalmente quando falta dinheiro para despesas básicas.

No Brasil, cerca de 66% dos aposentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) recebem apenas um salário mínimo por mês.

Com o endurecimento das regras aprovadas em 2019, a tendência é que tenhamos uma esmagadora maioria de brasileiros acima dos 65 anos de idade com direito a um ou a, no máximo, dois salários mínimos.

Não é preciso ser especialista em finanças para reconhecer que essa renda está longe de garantir uma velhice sem sobressaltos.

A Reforma da Previdência colocou em evidência a questão do idoso que vai ter uma aposentadoria insuficiente e que vai precisar retornar ao mercado , afirma Bruno Chapadeiro. Aí, a alternativa é se submeter a um trabalho precário, justamente pela dificuldade de encontrar um emprego decente que o idadismo gera , acrescenta o professor.

O envelhecimento da população é um dos grandes desafios a serem enfrentados no médio e longo prazo - de urgência comparável até à das mudanças climáticas, afirma Giovanni Alves, o pai do conceito de gerontariado.

Se não houver políticas públicas sérias para desarmar essa bomba-relógio humanitária e garantir colchões de Previdência mais inclusivos, é bastante provável que esbarremos cada vez mais frequentemente com outros Panchitos por aí.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/carlos-juliano-barros/2021/09/21/estamos-preparados-para-evitar-que-idosos-recorram-a-trabalhos-precarios.htm>

Wilson Lima vira réu por mau uso de verbas para pandemia



Wilson Lima, governador do Amazonas, em Brasília Leonardo Marques - 11.nov.20/Divulgação MCTI

Marcelo Rocha Brasília

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) aceitou, por unanimidade, denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República) e abriu ação penal contra o governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC), transformando-o em réu.

A Corte Especial concluiu nesta segunda-feira (20) serem suficientes os indícios de que Lima cometeu crimes com dinheiro destinado ao enfrentamento da pandemia da Covid-19. O colegiado, formado por 12 integrantes, é composto pelos ministros mais antigos do STJ.

Responderão também ao processo o vice-governador, Carlos Almeida (PTB), **servidores públicos** e empresários, sob a suspeita de desviar recursos para a compra de respiradores para pacientes com Covid-19. O Amazonas foi um dos estados com um dos quadros mais graves durante a pandemia.

A peça da PGR inclui acusações pelos crimes de dispensa ilegal e direcionamento de contratação do governo, peculato, organização criminosa e embaraço às investigações.

Lima é o segundo governador a ser alvo de processo no STJ por irregularidades na administração de verbas do enfrentamento da pandemia. Em fevereiro, o tribunal acatou denúncia contra o ex-governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel (PSC).

Em nota sobre a decisão, Lima afirmou que as

acusações "não têm fundamento e tampouco base concreta, como ficará provado no julgamento".

"Nunca recebi qualquer benefício em função de medidas que tomei como governador. A acusação é frágil e não apresenta nenhuma prova ou indício de que pratiquei qualquer ato irregular. Agora, terei a oportunidade de apresentar minha defesa e aguardar, com muita tranquilidade, a minha absolvição pela Justiça." No ano passado, o governador amazonense se livrou de um processo de impeachment na Assembleia Legislativa do estado, com 12 votos favoráveis ao arquivamento, enquanto 6 votaram contra e 5 optaram por se abster.

O vice-governador, por sua vez, se manifestou por intermédio dos advogados Luciana Lóssio e Luiz Viana.

"A defesa do vice-governador reafirma total confiança no Judiciário e enfatiza que continuará forte e determinada para provar sua inocência conforme apontou o relatório da Polícia Federal incluído no processo", dizem.

"Carlos Almeida Filho apoiou as investigações e colaborou com a Justiça prestando esclarecimentos e informações, ressaltando que considera injusta a inclusão de seu nome na denúncia feita pela PGR. Mantendo o compromisso estabelecido com a sociedade, Carlos Almeida Filho afirma que não descansará até ter a inocência comprovada e que os verdadeiros culpados sejam punidos." A investigação que mirou Lima começou em 2020, após a notícia de que 28 respiradores haviam sido comprados pelo governo de uma loja importadora de vinhos.

Três ações policiais foram realizadas para buscas e apreensões autorizadas pelo ministro Francisco Falcão, relator do caso no STJ. A apuração reuniu documentos, testemunhos e mensagens trocadas entre os suspeitos.

A PGR apresentou ao STJ duas denúncias contra o governador e os demais acusados, apontando irregularidades que somam cerca de R\$ 2,4 milhões desviados.

Foi analisada nesta segunda a primeira delas, em que a Procuradoria sustenta que uma organização

criminosa se instalou na estrutura burocrática da máquina estatal Segundo laudo elaborado pela PF, afirmou a PGR, verificou-se o montante de R\$ 60,8 mil de sobre preço por unidade de respirador, redundando em sobre preço total de R\$ 1,7 milhão, valor 133,67% acima do preço máximo encontrado na pesquisa de mercado. Com isso, o prejuízo total ao erário foi calculado em, no mínimo, R\$ 2,2 milhões.

Ao defender a abertura de ação penal, a subprocuradora Lindôra Araújo, uma das principais auxiliares do procurador-geral da República, Augusto Aras, afirmou que "os elementos coligidos aos autos afiguram-se com o lastro suficiente ao recebimento da inicial acusatória".

"Sob comando do governador do estado, que condenava a ação dos demais envolvidos no contexto de enfrentamento da pandemia da Covid-19", afirmou ela, "instalou-se no estado do Amazonas uma organização criminosa, que tinha por objetivo a realização de fraudes em diversos procedimentos licitatórios e, assim, a obtenção de vantagens econômicas indevidas".

De acordo com Lindôra, diante da demanda por respiradores, administradores públicos e empresários vislumbraram a possibilidade de ganhos ilícitos às custas do erário. "Os denunciados [incluído Lima] engendraram um esquema criminoso para adquirirem os respiradores de modo superfaturado, sem a observância das regras dos procedimentos licitatórios." O advogado Nabor Bulhões, criminalista que atua na defesa do governador do Amazonas, criticou a atuação do MPF, ao qual atribuiu a tática "cruel e inadmissível da acusação excessiva". "A iniciativa do Ministério Público no caso que se cuida é, com todas as vênias à eminente subprocuradora, ilegal e abusiva", disse.

"Poucas vezes eu vi o Ministério Público atuar tão incisivamente no que eu denominaria de uso abusivo do poder de denúncia." Bulhões afirmou que jamais se encontrou, a partir da quebra do sigilo bancário de Lima, qualquer "irregularidade econômico-financeira".

O ministro Falcão afirmou que, ao contrário do que alega a defesa de Lima, há indícios da efetiva participação do chefe do Executivo estadual no acompanhamento do processo que resultou na compra superfaturada dos respiradores e no desvio de recursos públicos destinados ao enfrentamento da pandemia.

"Nunca recebi qualquer benefício em função de medidas que tomei como governador. A acusação é frágil e não apresenta nenhuma prova ou indício de

que pratiquei qualquer ato irregular" Wilson Lima governador do AM (PSC)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49675>

Especialistas debatem pirataria no Brasil

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Diesel em carros e benefício a aéreas; confira os jabutis da MP dos combustíveis

Nicola Pamplona

A MP (medida provisória) 1.063, que libera postos para comprar etanol direto da usina ou gasolina de outras marcas já ganhou na Câmara 73 emendas, algumas que fogem do tema da proposta do Executivo, os chamados jabutis.

Para o setor, a enxurrada de propostas preocupa por levar ao Congresso atribuições que são da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), como aconteceu na MP de privatização da Eletrobras, que atropelou o planejamento ao realizar uma minirreforma setorial.

Na MP dos combustíveis, os jabutis tratam de temas como a liberação para a fabricação de veículos leves a diesel, a permissão de bombas self service em postos, serviços de delivery na venda de gasolina e benefícios a setores específicos, como o de aviação.

Alguns dos temas de emendas já são debatidos no Congresso por outros projetos de lei, como a implantação de subsídio na compra de gás para famílias de baixa renda ou a criação de um fundo de estabilização dos preços dos combustíveis. ?

Proibida no país desde os choques de petróleo dos anos 1970, a fabricação de veículos leves a diesel é tema de emendas apresentadas pelo deputado federal Kim Kataguiri (DEM-SP) e Adriana Vantura (Novo-SP), sob o argumento de que pode ajudar a reduzir o preço dos combustíveis.

"Diversos países usam o diesel para veículos de passeio, inclusive por conta de questões ambientais", defende o deputado. "Ademais, a autorização para o uso do diesel pode tornar o combustível mais barato, aliviando a presente crise inflacionária."

O setor de combustíveis é contrário à ideia, alegando que o Brasil ainda é importador de óleo diesel e a popularização de veículos com esse combustível poderia ter impacto na balança comercial. Além disso, pela sua importância no transporte de cargas, o diesel tem carga tributária bem inferior à da gasolina.

Em outras emendas, Kataguiri e Vantura também propõem a permissão para que postos tenham bombas automáticas para atendimento self service.

Ele defende que, sem o custo dos frentistas, os preços poderiam ser menores.

"Em supermercados, bancos, restaurantes, cinemas, companhias aéreas, etc., é possível o auto atendimento. Por que seria diferente com o setor de combustíveis?", questiona Ventura. "O Brasil está décadas atrasado na área. As bombas de autosserviço são utilizadas em todos os países desenvolvidos."

A permissão para o delivery de combustíveis, tema que hoje é debatido na ANP, é defendida pelo deputado Felipe Rigoni (PSB-ES). Atualmente, a agência vem acompanhando operações em fase de testes, antes de dar um parecer final sobre o modelo.

"A ampliação das operações empresariais relativas aos combustíveis é intimamente conectada à incrementação concorrencial do setor", diz o deputado, defendendo que a medida garantirá "inovador serviço ao consumidor".

Já o senador Chico Rodrigues (DEM-RR) pede isenção de **impostos** federais para a compra de combustível por companhias aéreas, alegando que o setor enfrenta "a pior crise da história" provocada pela redução da demanda durante a pandemia.

"Segundo estimativas do Governo Federal, adotado o incentivo, cerca de R\$ 250 milhões ao ano deixariam de ser arrecadados com as contribuições federais", diz. "Entretanto, a medida é urgente e necessária para evitar um desmonte maior do setor, tão relevante para a economia e a sociedade."

A aviação agrícola também é tema de uma emenda, do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), que quer que o segmento tenha direito de comprar etanol diretamente das usinas, defendendo que a medida "repercuta no custo final da produção agrícola nacional".

A maior parte das emendas trata de questões tributárias em relação à venda direta de etanol, concentrando a cobrança de **impostos** federais sobre os produtores, em um modelo chamado monofasia, que já vinha sendo discutido pelo Congresso.

O deputado José Neto (Podemos-GO) vai além e tenta legislar sobre **impostos** estaduais, propondo a

unificação das alíquotas de ICMS sobre os combustíveis em 17% para a gasolina e 10% para diesel e etanol, com o prazo de dois anos para cumprimento da meta.

O tema é alvo de divergências entre o governo federal e os estaduais, que têm nos combustíveis um importante foco de arrecadação e alegam preferir discutir a carga tributária sobre o setor no âmbito da **reforma tributária**.

Toda vez que tem projeto de lei e medida provisória, muita gente aproveita para colocar jabuti, é um risco sempre que está transitando projeto no Legislativo", diz a diretora de Downstream do IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo), Valéria Lima.

Embora diga que todas as propostas devam ser acompanhadas, ela vê poucas chances de que as menos afeitas ao tema da MP evoluam. O próprio IBP patrocina emendas ao texto, mas tentando derrubar a possibilidade de que postos comprem combustíveis de outras marcas.

O instituto alega que, além de se tratar de uma relação contratual entre postos e distribuidoras, o decreto que regulamentou a medida não resolve questões de defesa do consumidor geradas pela proposta, como a garantia de que o consumidor será informado sobre qual produto está comprando.

Além disso, não trata de uma questão vista como fundamental para o setor: a segregação dos tanques de armazenamento por origem do combustível. "O consumidor entra num posto que tem a marca tal, como vai saber qual produto está na bomba?", questiona.

Nesta segunda (13), o presidente Jair Bolsonaro editou nova medida provisória antecipando o prazo de vigência das propostas da MP dos combustíveis, que havia dado 90 dias para estados organizarem a parte tributária e ANP estabelecer regras.

A nova MP, de número 1.069 veio junto com decreto estabelecendo alguns critérios para a venda de combustíveis de outras marcas e, mais uma vez, foi vista pelo mercado como um atropelo ao papel do órgão regulador.

"Sem o devido aprofundamento técnico da matéria e dos impactos no setor, a MP 1069/21 antecipa o processo de revisão do marco regulatório da revenda, que vem sendo conduzido pela ANP, órgão competente para regular o mercado de combustíveis no país", disse o IBP.

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Carregando...

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Carregando...

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/diesel-em-carros-e-beneficio-a-aereas-confira-os-jabutis-da-mp-dos-combustiveis.shtml>

Bolsonaro quer mostrar Brasil que avança, mas economistas temem aumento do buraco fiscal

Raquel Miura

Enquanto no discurso da Assembleia Geral da ONU hoje o presidente tentará mostrar que sob sua gestão o Brasil teve avanços, mercado financeiro não acredita em medidas liberais de Paulo Guedes e teme rombo fiscal ainda maior.

Se Bolsonaro tenta vender a ideia de um país que avançou em várias áreas em sua gestão, a avaliação de economistas é de que é justamente o presidente brasileiro o principal fator de instabilidade hoje, agravando o cenário de incertezas na área econômica. A sensação do mercado, que foi avalista do governo até pouco tempo, é de apatia e receio, porque não aposta mais que medidas liberais prometidas sairão do papel, diante de um ministro da Economia cada vez mais desacreditado, e teme que, no tudo ou nada de Bolsonaro para reverter índices tão baixos de aprovação com vistas a 2022, o governo aumente ainda mais o buraco fiscal.

Investidores brasileiros e internacionais cobram hoje um chamado custo Bolsonaro, ou seja, o grau de confusão que o próprio presidente da República causa a si mesmo e ao governo. Apesar de formalmente ele prestigiar o ministro Paulo Guedes, o mercado já percebeu que, a cada momento que se aproxima do fim do mandato, e sendo Bolsonaro candidato à reeleição e precisando melhorar os índices de pesquisa, dado que a sua atuação na pandemia o levou a um índice de desaprovação recorde, Paulo Guedes não conseguirá realizar as reformas com as quais ele havia se comprometido desde o começo, avalia o economista Gilberto Braga, professor do IBMEC, o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

Para o analista, o mercado financeiro vê riscos reais de o governo avançar em soluções contábeis criativas, furando o teto de gastos, para atender demandas sociais e, assim, Bolsonaro ter chances na disputa pela reeleição. Braga também disse que o mercado viu com muito mau olhos o encaminhamento da **reforma tributária**, sobretudo o aspecto que trata da tributação dos dividendos das empresas, que é o lucro que os acionistas e investidores colocam no bolso. E o mercado também achou, de um certo sentido, uma

traição a elevação da alíquota do IOF, imposto sobre operações financeiras.

Na contaminação da economia pelo debate político, o risco Brasil é elevado pelo discurso de contestação do sistema eleitoral e pelos ataques aos outros poderes, prejudicando a economia do país. Os investidores têm o mapa mundi à sua frente na hora de decidir onde aplicar seu dinheiro, têm o mundo inteiro. Ele vai pesar riscos e ganhos na sua escolha, disse Virene Matesco, doutora em economia e professora da FGV. O investidor põe tudo na balança. Agora, riscos institucionais, ataques ao modelo eleitoral são um risco adicional, o custo final desse investimento aumenta muito. E no momento os investidores não demonstram confiança no Brasil.

Matesco não aposta numa guinada na condução da economia a ponto de minimizar resistências e conseguir atrair investimentos. Acho que vamos em compasso de espera nesse pouco mais de um ano para terminar o mandato. Não acredito que haverá uma mudança de rumo da economia capaz de tornar o país atrativo.

Matesco cita ainda a situação ambiental como um dificultador para os negócios brasileiros lá fora, injustificável, na visão dela, para um país que tem vários ativos nessa área, como a Floresta Amazônica, nossos rios de água doce. O que poderia render slogans a nosso favor, um selo verde para atrair investidores e compradores, vira um pesado ônus. O mundo é verde. Essa pauta entrou para ficar e cada vez mais vai exigir dos países comprometimento com a área ambiental. E não temos uma polícia nacional de meio ambiente. Vamos ser penalizados, cada vez mais, por ignorar e não proteger nosso meio ambiente, disse a economista.

Gilberto Braga concorda e acha que daqui para o ano que vem interesses econômicos do país ficarão em segundo plano diante do foco eleitoral do governo.

Bolsonaro aposta que, no frigidar dos ovos, indo para o segundo turno, uma polarização entre esquerda e direita fiquem ainda pendentes para o seu lado os votos hoje de centro, que de alguma maneira rejeitam

ambas as opções na base do eu sou o menos pior . Apostando que muitos dirão que é melhor colocar alguém de direita do que alguém de esquerda. Então a agenda econômica fica completamente comprometida. A agenda internacional não é foco prioritário do governo Bolsonaro em seus últimos momentos. E o que Bolsonaro deve fazer cada vez mais para se manter nos holofotes, fato que seria desnecessário por já ser presidente da república, é gerar mais polêmicas , diz Braga.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/rfi/2021/09/21/bolsonaro-quer-mostrar-brasil-que-avanca-mas-economistas-temem-aumento-do-buraco-fiscal.htm>

GDF vai reduzir ICMS para baratear alimentos



Cesta de descontos

Evolução do acréscimo de itens da cesta básica na lei que trata da redução de impostos sobre os produtos



» **Rafaela Martins**

O aumento do preço dos alimentos e do combustível no Distrito Federal é assunto recorrente nos noticiários e no bolso dos brasilienses. Depois do anúncio da redução gradativa do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), anunciado na semana passada, para aliviar o preço nas bombas de combustíveis, o Governo do Distrito Federal mira em outro vilão da **inflação**, a cesta básica. Em entrevista ao programa **CB Poder**, uma parceria do Correio Braziliense com a TV Brasília, o Secretário de Economia do Distrito Federal, André Clemente, destacou que o Executivo local encaminhou à Câmara Legislativa (CLDF), em caráter de urgência, uma proposta para incluir mais 14 itens na cesta básica da capital federal, para que também sejam beneficiados

com a redução da base de cálculo do ICMS.

Trata-se da terceira alteração que o governo faz na Lei nº 6.421, de 2019, que disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS nas operações com a cesta básica de alimentos. O objetivo é minimizar para o consumidor a carestia. Até o momento, 13 produtos integram a Lei e têm valor reduzido para os consumidores. Em entrevista concedida do jornalista Vicente Nunes, André Clemente afirmou que o impacto será sentido nos próximos 10 meses e reconheceu que as medidas, embora importantes, dependem de outros fatores, como o valor do dólar e a reação de outros setores da economia. "Atendendo a um apelo social em função desse momento de combate à pandemia que estamos vivendo, onde há muitos efeitos econômicos e sociais, estamos aliviando a pressão inflacionária que a cesta básica vem provocando na renda familiar da população, e com isso reduzindo **impostos** de produtos na cesta básica", explicou o responsável pela pasta.

Em 2019, a Lei nº 6.421 promoveu a queda de 18% para 7% de alíquota do ICMS cobrado na comercialização de arroz, macarrão espaguete comum, óleo de soja, farinha de mandioca e de trigo, leite UHT e carne de frango, bovina, bufalina, caprina, ovina e suína, bem como carnes resultantes do abate simplesmente resfriadas ou congeladas. Para manter o consumo, o GDF voltou a reduzir a base de cálculo do ICMS de outro produto, o café. A inserção aconteceu em 2021, com a inclusão do item na cesta básica pela Lei nº 6.885. A ação beneficiou 12.787 empresas dos setores de cultivo de café, comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios. Com a nova proposta, o governo pretende estender para mais produtos a queda de alíquota de 11% do ICMS.

Caso aprovado pela CLDF, a mudança significará uma renúncia fiscal de mais de R\$ 106 milhões. O montante não intimida o secretário, que mesmo defendendo a arrecadação como fundamental para o período de pandemia, destaca que a capital federal conseguiu aumentar em 5% os recebimentos no primeiro semestre deste ano. Segundo ele, o percentual é sustentado pelas atividades que têm se saído melhor economicamente, como saúde,

tecnologia e prestação de serviços.

Com uma população estimada de 500 mil pessoas em situação de miséria, o secretário destacou que o governo adota medidas para promover o desenvolvimento econômico, como o investimento para a atração de empresas para geração de emprego e renda. Ele ponderou que ações como a extinção da Difal (diferencial de alíquota) tornam Brasília um local mais competitivo e com segurança jurídica para a atração de investimentos, colocando fim à guerra fiscal travada com Goiás e abre boas perspectivas, além do estímulo para polos de desenvolvimento além do Plano Piloto. Sobre novas contratações no serviço público, André afirmou que a prioridade é recompor os quadros que estão se aposentando, principalmente em saúde, educação, tecnologia e assistência social. Confira alguns pontos debatidos com o representante do GDF e as soluções apontadas.

O GDF está preparando um projeto para reduzir os ICMS sobre alimentos no DF. A ideia é incluir mais 14, quais são esses produtos?

Sim. "São vários produtos alimentícios e de higiene pessoal, com destaque para os absorventes, que passam a fazer parte da cesta básica. Na parte de alimentos, temos uma ampliação na descrição de carnes, tornando mais efetiva a presença da proteína na mesa do cidadão brasileiro. Outras variedades de macarrão, sardinha e atum, ou seja, estamos ampliando em 14 itens a lista da cesta básica que já tinha 13.

Qual é o impacto disso para o bolso do consumidor? A CLDF aprovará este mês?

Todos estão percebendo que essa **inflação** foi impulsionada, principalmente, pelo preço dos alimentos e dos combustíveis, e esses são os dois pilares que o governador Ibaneis Rocha está atacando nesse momento. É a terceira alteração que nós fazemos nos componentes da cesta básica, ou seja, estamos atentos às necessidades da população nesse enfrentamento. O impacto disso vai ser a redução da **inflação**, são cerca de 10 meses para os tipos de estabelecimentos beneficiados pela indústria, atacado e varejo, todos que lidam com alimentos, receberão esse alívio na hora de comprar esses alimentos. E, obviamente, são R\$ 106 milhões o custo dessa redução que serão impactados diretamente na mesa da população. O GDF tem pressa em aprovar o projeto que está tramitando na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Dois em cada 10 brasileiros estão na linha da pobreza, sete estão na miséria. Esse projeto tem como objetivo atingir esse público?

A miséria cresceu no mundo todo, obviamente. É um problema atual, nós temos que combater a fome. No DF a estimativa é de cerca de 500 mil pessoas em situação de miséria, e por isso estamos com medida de grande desenvolvimento econômico e social, no governo Ibaneis. Nós sabemos que não adianta crescer somente a economia, nós temos que crescer a economia com qualidade de vida para a população, e essa é uma premissa do desenvolvimento. Temos que distribuir a renda. Como o DF tem a maior renda per capita, isso acaba gerando um maior distanciamento entre as classes.

O impacto sobre a redução do ICMS dos combustíveis já apareceu?

É importante os meios de comunicação alertarem que é um sistema complexo, a responsabilidade é de todos, seja de quem cobra os **tributos** federais, seja da PETROBRAS, que define os seus preços, o dólar, a política econômica nacional também é fundamental, as revendedoras e distribuidores precisam ajustar os seus lucros, e a população fiscalizar e escolher aquele posto de gasolina que tem o preço melhor, e que repassem esses descontos para o consumidor. O GDF pretende reduzir 3% em três anos o ICMS sobre os combustíveis, não poderíamos fazer esse ajuste de forma imediata. Em janeiro começa a valer a redução.

O presidente da República, Jair Bolsonaro, por meio de suas redes sociais, acusou os governadores de serem os responsáveis pela carestia dos combustíveis. Como o senhor vê essa questão?

O Governo do Distrito Federal não faz guerra, nós fazemos políticas públicas, e estamos preocupados com as necessidades da população. Enquanto a discussão da culpa acontece, nós estamos preparando projetos, arrumando o ambiente econômico e, por isso, conseguimos, mesmo em um ano de crise, no primeiro semestre ter um crescimento real de arrecadação de 5%, que significaram 600 milhões a mais no caixa do Distrito Federal. Então nós estamos fazendo a política econômica do DF, ajustando **impostos**, reduzindo burocracias, aumentando arrecadação e tudo com muita responsabilidade fiscal.

Combustíveis, energia elétrica e telecomunicações representam que porcentagem da arrecadação do ICMS?

A arrecadação do ICMS tem seus principais componentes. Primeiro lugar está o sindicato atacadista, é o segmento que apresenta maior arrecadação, dos R\$ 8 bilhões que arrecadamos ao longo do ano de ICMS. Em 2019, tivemos R\$ 1,7 bilhões de arrecadação dos combustíveis, em 2020 já

tivemos R\$ 1,2 bilhões, ou seja, caímos R\$ 500 milhões por conta do desaquecimento do consumo. E na sequência vem a telefonia, vem a substituição tributária de bebidas e vários produtos alimentares que são importantes na arrecadação do ICMS. Temos percebido que nesse momento de pandemia, alguns setores têm caído, mas, em compensação, outros têm crescido como, saúde, tecnologia, prestação de serviço e construção civil. No primeiro semestre de 2021, tivemos um crescimento de 7% da economia.

Quais setores estão sofrendo ainda com a pandemia, e quais políticas vocês têm feito para amenizar?

Quando a crise é grande, não recuperamos de imediato. Setor de eventos, academias, e alguns outros ficaram bastante tempo fechados nesta pandemia, se desestruturaram mas tem o apoio do governo. Nós fizemos programas que estão sendo copiados em diversos estados, mas sabemos que o tempo vai ter que trabalhar. Na área de eventos, estamos colocando mais de R\$ 20 milhões para o ano que vem. É uma forma de alimentar o setor e gerar emprego e renda.

Qual foi o impacto da vacinação na economia do DF?

No mundo todo nós percebemos que onde há vacinação, você começa a recuperar a economia. Então é isso que está acontecendo no Distrito Federal, reuniões estão sendo feitas pensando em 2022, eventos e ações de diversos setores afetados. Essa semana injetamos mais R\$ 91 milhões na área da cultura, que vieram desse excesso de arrecadação, ou seja, quando a economia cresce, a receita tributária cresce, a receita corrente cresce, os investimentos e as vinculações também crescem. Não só saúde, educação, segurança social, mas também pesquisa e cultura.

Quais concursos estão previstos?

Brasília é uma cidade com grande apelo administrativo. Hoje nós temos 23 concursos em andamento e a prioridade é recompor as forças de trabalho, nós não somos a favor de um estado inchado, mas o estado tem que ter as condições de prestar seus serviços. Não pode ser um estado mínimo também que não tenha servidores a fim de prestar serviços sociais, de atendimento à população, na saúde, educação, professores, delegados, agentes de polícia, então nossa prioridade é continuar fazendo concursos e recompondo a mão de obra desta força. Aproveitar os remanescentes e ocupar as vacâncias também é possível. Desde o início da pandemia, contratamos mais de 9 mil servidores - entre efetivos e temporários - para prestação de serviços à população.

Estamos praticamente a um ano das eleições. O senhor pretende se candidatar a deputado federal?

Não estou filiado a nenhum partido. Meu projeto é do governador Ibaneis Rocha e essa cadeira da Secretaria de Economia é incompatível com qualquer projeto pessoal. Meu compromisso é com Brasília e com o meu governador.

Biden joga o seu futuro na aprovação de pacote econômico

James Politi e Colby Smith

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187012?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187012?page=1§ion=1

Para o País voltar a crescer - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Enquanto o governo se desgasta à toa para financiar, via aumento do IOF, apenas duas parcelas de R\$ 300 do novo Bolsa Família, algo que já poderia ter feito sem piscar (ou seja, sem novo imposto), não falando no problema dos precatórios ainda sem fonte de financiamento, o país vive agora em um ambiente econômico fortemente deteriorado por todas as ações equivocadas da atual e desastrosa gestão econômica. Para completar, fala-se mais e mais no próximo mandato, sem que ninguém discuta o que fazer no futuro.

Minha resposta aqui é simples: o carro-chefe da próxima gestão precisa ser a urgente recuperação da deteriorada infraestrutura brasileira. Tenho estudos (inclusive internacionais) que demonstram que, quanto maior e de melhor qualidade o investimento em infraestrutura, maior o crescimento do PIB per capita e menos desigual a distribuição de renda de um país. Alguém precisa de algo mais? (Gente, o que foi que Joe Biden anunciou para a mais rica economia do mundo logo que assumiu? Um plano de infraestrutura...) Segundo cálculos de especialistas da área, o estoque de infraestrutura do Brasil, que, sob a gestão militar de 1964 e sob o comando da área de planejamento, que hoje não existe mais, havia subido de 39,9% para 58,3% do PIB entre 1970 e 1984, desabou para 36,2% em 2016. E Deus sabe onde esse estoque estará hoje depois de tanto abandono da área. Vejam: de 2013 para 2018, os investimentos públicos em infraestrutura caíram de 1,22% para 0,67% do PIB, enquanto os privados oscilavam em torno de 1,16% do PIB. Autoridades importantes já demonstraram mais de uma vez não gostar de funcionário nem de investimento público. Paralelamente, existe no País um claro viés anti-investimento privado em infraestrutura (é só repassar os ataques populistas de dirigentes políticos nas últimas décadas, como recentemente, na Linha Amarela). E não custa lembrar que, se o retorno não for atrativo em um caso de necessidade, é o setor público quem tem de investir. E aí, como ficamos? Patinando o resto da vida? E os empregos para nossos filhos e netos, de onde surgirão?

Para mim, faz todo o sentido o setor público emitir dívida em um sentido amplo, para financiar projetos de alta rentabilidade para a sociedade como um todo. O

que acham que o Biden vai fazer nos EUA? Nada obstante, para não contrariar tanto os xiitas que dominam o pensamento econômico no nosso País, tenho defendido, antes de mais nada, um casamento do ajuste previdenciário com a retomada dos investimentos públicos em infraestrutura, começando de baixo para cima, ou seja, dos municípios para os estados, e, por último, para a União.

O motivo é simples: dos três grupos em que, por idade, se pode dividir o conjunto dos entes públicos brasileiros, no grupo que inclui os regimes próprios criados mais recentemente e no do meio, predominam municípios. Já no terceiro, mais antigo, estão as administrações de maior peso e também em situação mais complicada, incluindo a grande maioria dos estados, onde os desajustes são maiores e as soluções mais demoradas.

Grande parte do que temos hoje capitalizado na previdência subnacional vem dos regimes mais novos, e, com as mudanças da Emenda nº 103/19, vários deles podem até ficar superavitários, mas mantendo um bom valor acumulado de recursos financeiros que podem contribuir para o financiamento das necessidades de investimento do país, e não apenas da dívida pública federal, como o grosso vem fazendo até agora, podendo os recursos até agora acumulados chegar a R\$ 200 bilhões.

O estado mais rico, São Paulo, e um dos mais pobres, no caso o meu Piauí, estão entre os poucos que parecem ter percebido isso com clareza. O primeiro lançou o programa Desenvolve Municípios contendo não só financiamentos, como apoio à reestruturação previdenciária, e o segundo deverá ser um dos primeiros estados a dar passos largos na direção de uma previdência totalmente equacionada na safra recente.

Para os que pensam como eu, de tanto assistir passivamente (a menos de batalhar pela aprovação de reformas relevantes de regras) à disparada dos deficits previdenciários, uma hora os defensores do ajuste correto, incrustados, como muitos estão, na salvadora máquina pública brasileira (e que os xiitas governamentais parecem desconhecer), iniciaram um movimento pró ajuste que redundou na obrigatoriedade de os entes entregarem até o fim do ano um plano de equacionamento dos deficits às

autoridades federais da área (Secretaria de Previdência), além de executarem várias ações de ajuste já aprovadas em lei. Só assim abrir-se-á espaço nos orçamentos para os investimentos em infraestrutura recomeçarem a acontecer.

Para concluir, ainda bem que o competente time cuja ação venho acompanhando à distância, sob a coordenação de Naron Nogueira e Alex Rodrigues, agora sob o comando do competente ministro Onyx Lorenzoni, tenha assumido o bastão da pasta antes que Paulo Guedes fizesse estrago em mais essa importante área do seu inchado ministério.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Para o país voltar a crescer

O Brasil na ONU (Editorial)

Como tradição, desde 1955, o Brasil abrirá, nesta terça-feira, a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O presidente Jair Bolsonaro terá a importante missão de desfazer a péssima imagem do país perante o mundo, com um discurso conciliador, de defesa ao meio ambiente e aos direitos humanos. Não há outro caminho. Uma das maiores economias do planeta, referência na diplomacia, o Brasil não pode manter seu atual isolamento. A expectativa é grande. Assim como divulgou uma carta à nação, na qual promete respeitar a independência dos Poderes da República, Bolsonaro deve ter a mesma grandeza ao discursar na ONU. Há, com razão, em todo o globo, uma grande preocupação com os movimentos de ataque à democracia, com as persistentes queimadas que destroem os principais biomas do país e com as invasões de terras indígenas. São retrocessos que precisam ser revertidos com urgência. A boa notícia é que, desta vez, o Itamaraty, responsável pela política externa brasileira, está sob o comando de um diplomata sensato. Nas duas vezes em que participou da Assembleia-Geral, o presidente era assessorado por Ernesto Araújo, para quem era um ganho o Brasil ser visto como um pária mundial. Não há mais espaço para que o país figure no grupo das nações exóticas, do qual fazem parte, por exemplo, a Venezuela, a Coreia do Norte e o Irã. O Brasil tem um papel importantíssimo a cumprir no contexto global. É um dos maiores produtores de alimentos do planeta. Nas próximas décadas, será vital para abastecer os cinco continentes, pois é o único que ainda tem áreas agricultáveis. Isso passa pela preservação da Amazônia é fundamental para o equilíbrio climático da Terra. Ao mesmo tempo, o país precisa de investimentos estrangeiros para crescer - por isso, há os encontros bilaterais entre os chefes de Estado. O capital, contudo, só se sente seguro em economias estáveis, sem sobressaltos políticos. É para isso que o presidente da República deve olhar. A população brasileira está sofrendo demais. O estrago provocado pela pandemia do novo coronavírus foi enorme. Trouxe de volta a pobreza e a **inflação**, um flagelo para os trabalhadores. Com esse quadro dramático, o Brasil deve se apresentar ante o mundo como uma terra de oportunidades, não de conflitos e divisões, em que os maiores perdedores, como sempre, são os mais vulneráveis. Apesar de todos os erros do governo na condução da pandemia, hoje, há dados importantes a serem apresentados aos líderes globais. Quase 70% dos brasileiros já tomaram a primeira dose da vacina contra a covid-19 e 38% estão com o ciclo completo de imunização. O número de casos e de mortes pela doença no país está caindo

e indica que, aos poucos, a vida normal está se tornando rotina por aqui. O Brasil sempre foi uma referência em programas de imunização. Portanto, cabe ao presidente Bolsonaro ressaltar as vantagens do Brasil e a importância do país no contexto global. Restringir o esperado pronunciamento na ONU às vontades de grupos radicais, de olho apenas na reeleição, é jogar contra. Um líder deve zelar, sempre, pelos interesses da maioria da população. Os brasileiros merecem respeito.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
O Brasil na ONU

Situação econômica do país piorou para 69% dos brasileiros

Para 69% dos brasileiros, a situação econômica do país piorou nos últimos meses, segundo pesquisa Datafolha realizada de 13 a 15 de setembro. O número está próximo dos maiores patamares já registrados nos levantamentos em que esse questionamento foi feito. Em 2015, no governo Dilma Rousseff (PT), chegou a 82%. Em junho de 2018, no governo Michel **Temer** (MDB), a 72%.

No governo Jair Bolsonaro (sem partido), a pergunta apareceu nas pesquisas de 2019, quando o resultado ficou em tomo de 35%, e agora, em setembro de 2021. A questão não constou dos levantamentos realizados em 2020, após o início da pandemia. A pesquisa foi feita presencialmente, com 3.667 brasileiros em 190 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais para baixo ou para cima.

Mesmo entre apoiadores do governo, prevalece a opinião negativa. Para 31%, a economia melhorou, para 36%, piorou. Para 32%, ficou como estava.

O ambiente econômico se deteriorou nos últimos meses: crise hídrica, desemprego elevado, uma economia estagnada no último trimestre e aumento da **inflação** e dos juros são alguns exemplos.

Ameaças autoritárias feitas pelo presidente e medidas com impacto fiscal também contribuíram para derrubar a Bolsa e para a alta do dólar.

Segundo o Datafolha, a situação econômica do país piorou para 74% das mulheres e 62% dos homens; para cerca de 70% das pessoas de 16 a 44 anos e de 65% dos entrevistados acima dessa faixa etária; 62% dos evangélicos e 71% dos católicos.

Homens, pessoas mais velhas e evangélicos se destacam no perfil daqueles com avaliação mais positiva do governo, como mostrou a Folha ao divulgar os novos números sobre a popularidade do presidente.

A avaliação da piora na economia cai conforme aumenta a renda do entrevistado. É de 70% na faixa até dois salários mínimos e de 62% naquela acima de dez mirâmetros, por exemplo. Na escolaridade ocorre o oposto: 64% das pessoas com ensino fundamental e 74% das que têm ensino superior dizem que a economia piorou.

Por região, a avaliação negativa sobre a economia fica em 70% no Sudeste e Nordeste e em 65% nas demais regiões. Por ocupação, destaca-se o índice elevado entre assalariados sem registro (77%) e estudantes (74%) e menor entre empresários (54%).

O Datafolha também perguntou se, nos próximos meses, a situação econômica do país vai melhorar, piorar ou ficar como está.

Para 39%, vai piorar, percentual que era de 35% na pesquisa anterior, de julho de 2021, e havia alcançado o recorde de 65% no levantamento de março deste ano, quando a crise sanitária se agravou e não havia pagamento de auxílio emergencial. Nos levantamentos de 2020, após o início da pandemia, 41% tinham expectativa negativa. No início do governo, em 2019, eram 18%.

O índice de quem acha que a economia do país vai melhorar também oscilou na margem de erro, de 30% em julho para 28% em setembro deste ano. Em março, 11% estavam otimistas. No início do governo, eram 50%. O pessimismo é maior entre as pessoas que têm uma avaliação negativa do governo Bolsonaro: 54% delas acham que o cenário econômico irá piorar. Entre os que avaliam o governo como ótimo/bom está em 13%.

A avaliação sobre a economia é mais negativa entre mulheres (42%), entrevistados com ensino superior (47%), pessoas de 16 a 44 anos e aqueles com renda de até cinco salários mínimos (cerca de 40% nesses dois últimos recortes), todos eles grupos nos quais o governo tem baixa taxa de aprovação.

A expectativa do mercado financeiro é um crescimento da economia próximo de 5% neste ano, resultado que considera o carregamento estatístico do desempenho até o primeiro semestre e contempla uma economia praticamente estagnada no segundo semestre, segundo cálculos feitos por diversos economistas.

A **inflação** já está próxima de 10%, e os juros devem chegar a 8% no final deste ano.

Com a turbulência política esperada até as eleições presidenciais, as estimativas de crescimento para 2022 começam a ficar abaixo de 1% e, embora a maioria dos analistas afaste o risco de racionamento,

um programa de redução de consumo pode jogar o país em nova recessão.

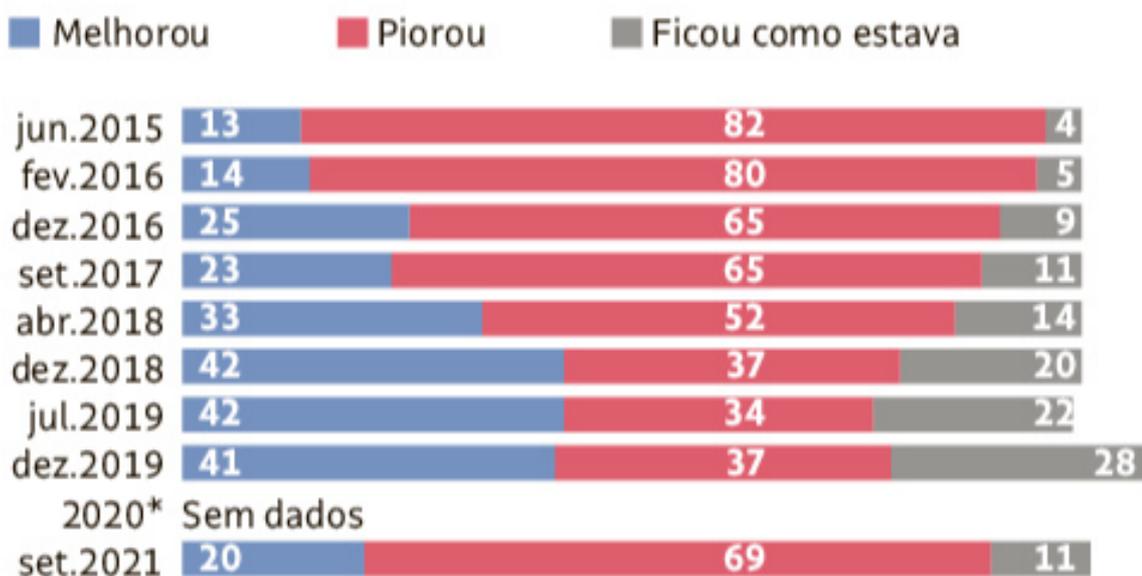
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

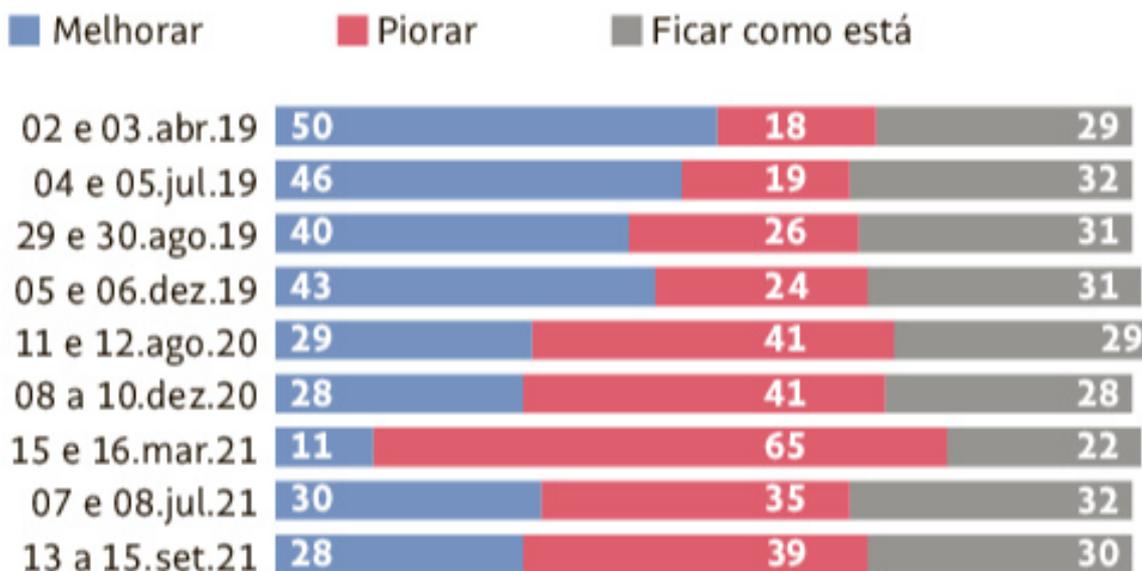
75

Situação do país

Nos últimos meses, a situação econômica do país melhorou, piorou ou ficou como estava?



Nos próximos meses, a situação econômica do país vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está?



*As pesquisas realizadas em 2020 não contemplaram essa questão. Fonte: Pesquisa Datafolha realizada de 13 a 15 de setembro de 2021, com 3.667 brasileiros em 190 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais para baixo ou para cima.

Mais de 70% consideram que governo tem responsabilidade por inflação e desemprego

Praticamente sete em cada dez brasileiros consideram que o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tem muita ou um pouco de responsabilidade pela alta da **inflação** e o desemprego no país, segundo pesquisa Datafolha realizada de 13 a 15 de setembro.

Em agosto, a **inflação** medida pelo IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) alcançou a maior taxa para agosto (0,87%) em 21 anos e chegou a 9,68% no acumulado de 12 meses.

O desemprego estava em 14,1% no segundo trimestre deste ano, acima do registrado no mesmo período de 2020 (13,3%). O país tem 14,4 milhões de desempregados.

Para 41% dos entrevistados, o governo Bolsonaro tem muita responsabilidade pela **inflação**. Para 34%, um pouco de responsabilidade. Outros 23% isentam a atual gestão pelo problema.

O percentual é alto mesmo entre os que classificam a gestão como ótima /boa: 30% deles têm a avaliação de que o governo tem muita responsabilidade e 45% que tem um pouco de responsabilidade pela **inflação**, totalizando os mesmos 75% da média dos entrevistados. Evangélicos, grupo no qual Bolsonaro tem maior aprovação, somam 77%, mas com percentual mais alto dos que apontam um pouco de responsabilidade (41%) do que a média.

A responsabilização é maior entre pessoas com ensino superior (84%), com renda superior a dez mínimos (81%) e assalariados registrados (82%).

Na questão do desemprego, os percentuais são de 39% (muita responsabilidade pelo problema), 32% (um pouco) e 27% (nenhuma responsabilidade). Nesse tema, o governo se sai melhor entre os que classificam a gestão como ótima/boa do que na questão da **inflação**: apenas 19% avaliam que o governo tem muita responsabilidade e 39% que tem um pouco, totalizando 57%, abaixo da média geral (71%).

O Datafolha também perguntou se a **inflação** e o desemprego vão cair nos próximos meses. A expectativa de aumento do índice de preços oscilou de 68% na pesquisa de julho para 69% em setembro. Em março, chegou a 77%. Para 12%, a **inflação** vai cair.

Eram 8% em julho.

Quanto menor a renda, maior o percentual dos que esperam aumento da **inflação**. O índice fica em torno de 70% na faixa até cinco salários mínimos e em 61% naquela acima de dez mínimos, por exemplo.

Em relação ao grau de instrução, no entanto, as pessoas com ensino superior estão mais pessimistas que aquelas com fundamental, respectivamente, 74% e 65% (esperam alta da **inflação**).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49675>

Para 71%, governo tem responsabilidade por desemprego

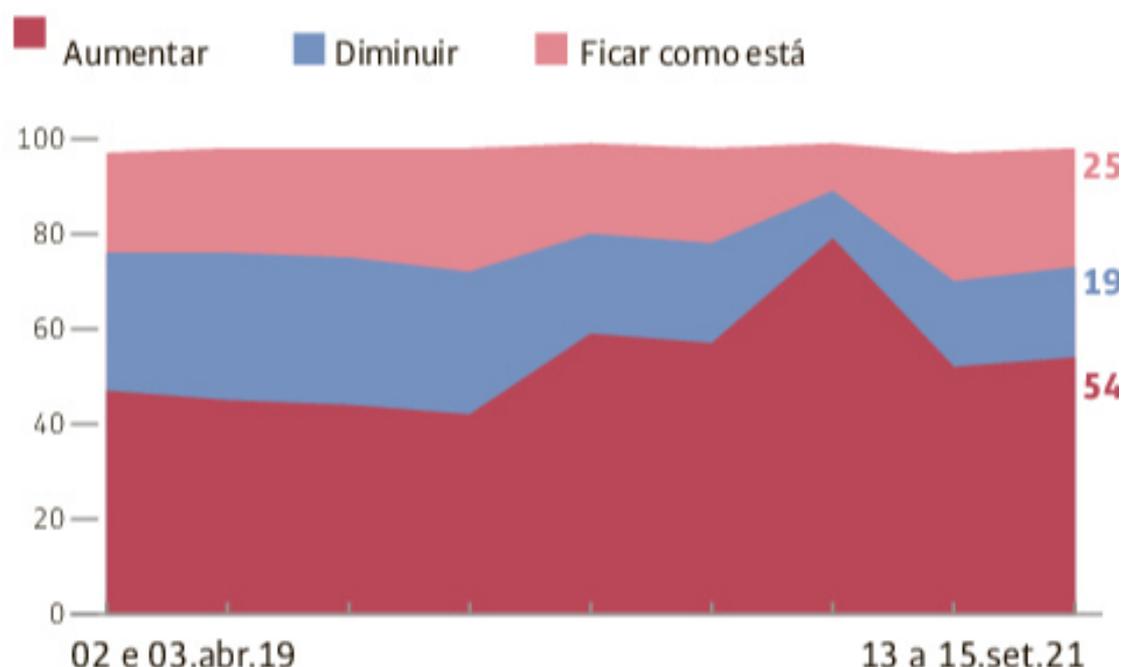
O governo do presidente Bolsonaro tem responsabilidade na alta do desemprego nos últimos meses?

Resposta estimulada e única, em %



Daqui pra frente o desemprego vai aumentar, vai diminuir ou vai ficar como está?

Em %



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada de 13 a 15 de setembro de 2021, com 3.667 brasileiros em 190 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais para baixo ou para cima.

Consumo de carne diminuiu para 2 em cada 3 pessoas, mostra Datafolha



Movimentação em açougue em Caraguatatuba, no litoral norte de SP. Adriano Vazini - 18.jan.20/Folhapress

Eduardo Cucolo são paulo

Pesquisa Datafolha realizada de 13 a 15 de setembro mostra que 85% dos brasileiros reduziram o consumo de algum alimento desde o início do ano, com destaque para carne de boi, refrigerantes e sucos e laticínios. No sentido contrário, cresceu o consumo de ovo como proteína.

Pelo levantamento, 67% cortaram o consumo de carne vermelha; 51% o de refrigerantes e sucos e 46% o de leite, queijo e iogurte. Pão francês, pão de forma e outros pães vêm com 41% de redução.

Outros itens básicos, como arroz, feijão e macarrão, estão sendo menos consumidos por 34%, 36% e 38% da população, respectivamente.

O consumo de frango, porco e outros tipos de carne e do grupo frutas, legumes e verduras também caiu. Nesses casos, no entanto, também se destaca o percentual de entrevistados que disse ter aumentado a compra desses itens (ver tabela na página ao lado). Isso pode indicar uma substituição de itens da cesta básica.

Esse fenômeno é percebido melhor na questão dos ovos: 50% das pessoas aumentaram o consumo do produto e 20% reduziram.

O índice de **inflação** ao consumidor em 12 meses está próximo de 10%, mas a alta da alimentação em domicílio chega a 17%, com destaque para produtos

como arroz (33%), carnes (31%), ovos (14%) e leites e derivados (12%).

De acordo com a pesquisa, não há grande diferença entre o percentual de pessoas com redução no consumo de itens alimentícios por idade ou escolaridade, todos têm percentual na média de 85%.

Por faixa de renda, os percentuais são altos até em famílias com renda acima de dez salários mínimos: 67% dizem ter cortado algum produto.

Na faixa até dois salários, são 88%. Por ocupação, destacam-se abaixo da média os empresários (67%).

O percentual fica em 75% no Sul e 89% no Nordeste. Há diferenças também entre homens (82%) e mulheres (87%); pretos (91%) e brancos (82%); pessoas que avaliam o governo positivamente (73%) e negativamente (89%).

A perda de renda causada pelo aumento do desemprego também pressiona o poder de compra dos mais pobres.

Há 19 milhões de brasileiros em situação de fome no Brasil, segundo números de 2020 da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan). A comparação com 2018 (10,3 milhões) revela que são 9 milhões de pessoas a mais nessa condição.

-

Para 53% dos ouvidos, a situação pessoal piorou

Pesquisa Datafolha mostra que 53% dos brasileiros consideram que sua situação econômica piorou nos últimos meses, marcados por desaceleração econômica, crise hídrica e alta dos juros e da **inflação**.

Esse é o maior percentual registrado, considerando as pesquisas realizadas de 2015 a 2019. A pergunta não constou dos levantamentos de 2020, após o início da pandemia.

Rara 15%, a situação das próprias finanças melhorou.

No governo Jair Bolsonaro (sem partido), a pergunta foi feita nas pesquisas de 2019, quando o resultado

ficou em tomo de 30%, e agora, de 13 a 15 de setembro de 2021.

Em julho de 2021, em pergunta semelhante, o Datafolha questionou se a situação financeira do brasileiro havia ficado mais difícil durante a pandemia do novo coronavírus, e 46% disseram que sim.

O levantamento foi feito presencialmente, com 3.667 brasileiros em 190 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais para baixo ou para cima.

Quanto menor a renda, maior a avaliação negativa sobre as finanças, que chega a 61% na faixa até dois salários mínimos e a 34% naquela acima de dez mínimos, por exemplo.

A situação piorou para 58% das mulheres e 47% dos homens; 46% dos evangélicos e 54% dos católicos. Regionalmente, fica em 55% no Nordeste, 50% no Norte/Centro-Oeste e 52% no Sul e Sudeste.

Por ocupação, destaca-se o índice elevado entre desempregados que estão procurando emprego (76%).

O Datafolha também perguntou se, nos próximos meses, a situação econômica do entrevistado vai melhorar, piorar ou ficar como está.

Para 41%, vai melhorar, maior patamar registrado desde dezembro de 2019 (53%), antes da pandemia. O percentual era de 38% na pesquisa anterior, de julho de 2021.

O pior número no governo atual são os 14% do levantamento de março deste ano, quando a crise sanitária se agravou e não havia pagamento de auxílio emergencial. No início do atual mandato, em 2019, eram 59% os otimistas.

50% aumentaram o consumo de ovos

51% diminuíram o consumo de refrigerantes

58% das mulheres dizem que a situação econômica pessoal piorou

Site:

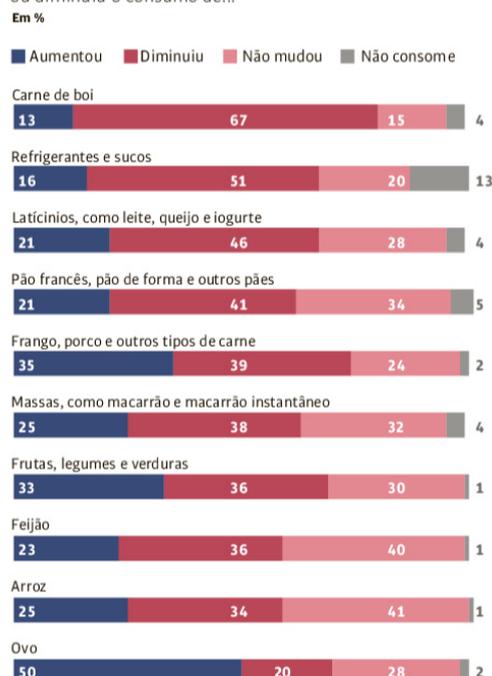
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

75

85% dos brasileiros reduziram consumo de algum alimento na pandemia



Desde o início do ano, você aumentou ou diminuiu o consumo de...



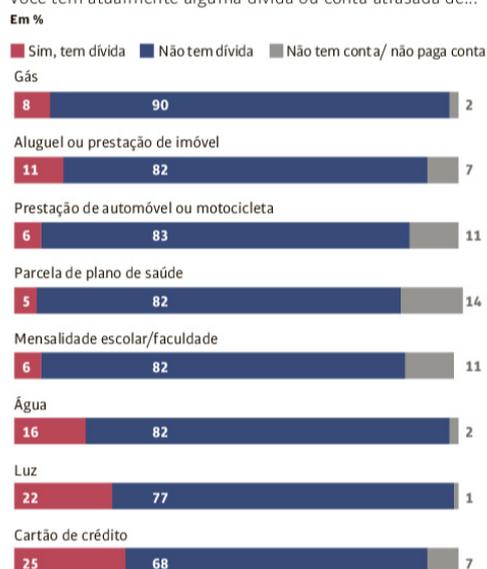
Fonte: Pesquisa Datafolha realizada de 13 a 15 de setembro de 2021, com 3.667 brasileiros em 190 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais para baixo ou para cima.

45% dos brasileiros têm contas em atraso

Você tem atualmente alguma dívida ou conta atrasada?



Você tem atualmente alguma dívida ou conta atrasada de...



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada de 13 a 15 de setembro de 2021, com 3.667 brasileiros em 190 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais para baixo ou para cima.

45% têm dívidas ou faturas atrasadas; cartão de crédito e conta de luz lideram inadimplência

Pesquisa Datafolha realizada de 13 a 15 de setembro mostra que 45% dos brasileiros têm atualmente alguma dívida ou conta atrasada. Os outros 55% estão com essas obrigações em dia.

Dívidas atrasadas com cartão de crédito foram citadas por 25% dos entrevistados. Conta de luz em atraso, por 22%. De água, por 16%.

O cartão é historicamente a modalidade de crédito bancário com maior nível de inadimplência.

Já a conta de energia elétrica subiu 21% nos 12 meses encerrados em agosto, mais que o dobro do índice de **inflação** ao consumidor (IPCA), em quase 10%. Em grande parte, por conta do acionamento de usinas termelétricas, que são mais caras, para compensar a falta de geração hidrelétrica provocada pelo baixo nível dos reservatórios do país.

Outras despesas incluídas no questionário aparecem com os seguintes percentuais: aluguel ou prestação de imóvel, 11%; gás, 8%; mensalidade de escola ou faculdade, 6%; prestação de automóvel ou motocicleta, também 6%; plano de saúde, 5%.

Segundo a pesquisa, as mulheres (49%) estão mais endividadas que os homens (40%), e os pretos (53%) mais que os brancos (35%).

Também se destaca o percentual de inadimplentes entre desempregados à procura de emprego (62%), assalariados sem registro (50%), pessoas de 25 a 44 anos (53%) e aquelas com renda de até dois salários mínimos (54%).

Por região, a taxa mais alta de inadimplentes está no Norte/Centro-Oeste (53%), seguido por Nordeste (48%), Sudeste (42%) e Sul (36%).

De acordo com a Serasa, a inadimplência em contas básicas, como energia, água e gás, representa 22% do total de débitos em maio. Ao todo, eram 36,9 milhões de faturas atrasadas no segmento naquele mês.

Em dezembro, os calotes em serviços básicos

bateram recorde-o percentual foi de 23,6%, maior valor de toda a série histórica iniciada em janeiro de 2018.

Além da alta de energia, o brasileiro também enfrenta aumento dos juros bancários, encarecimento de outras contas de consumo, alta de gás e combustíveis e reajustes de planos de saúde e de aluguéis.

Isso tem contribuído para aumentar o custo de vida, o que afeta a popularidade do governo federal e gera reações por parte do Congresso, como mostra proposta para mudar a correção dos aluguéis. O IGP-M (índice Geral de Preços Mercado), referência para o reajuste de contratos de locação, acumulou avanço de 31,12% em 12 meses até agosto.

Há ainda um projeto de lei na Câmara dos Deputados que cria o programa Gás Social, que pretende subsidiar a compra de botijão de gás para famílias de baixa renda.

O projeto prevê o pagamento de metade do valor do botijão a famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais do governo federal. O número de famílias atendidas, porém, dependerá de quanto o governo estiver disposto a gastar.

25% dizem ter dívidas de cartão de crédito

22% estão com a conta de luz em atraso

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49675>

Sem acordo com STF, precatórios buscam solução via PEC

Fábio Pupo Brasília

As negociações entre Executivo e Legislativo sobre o imbróglcio dos precatórios passaram a ter como foco transformar a solução que flexibilizava os pagamentos via resolução do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição).

A ideia é levar o texto que seria aplicado por meio de um acordo no Judiciário, mas que encontrou resistências no STF (Supremo Tribunal Federal), para ser aprovado no Congresso.

Para isso, está sendo analisada até mesmo a possibilidade de substituir o conteúdo da PEC enviada pelo governo em agosto, que tem objetivo de parcelar os precatórios, pelo novo texto. Essa PEC tramita na Câmara e já passou pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

A solução via resolução do CNJ vinha sendo conversada com integrantes do STF e do TCU (Tribunal de Contas da União), mas não reunia consenso antes mesmo das ameaças do presidente Jair Bolsonaro à Corte em 7 de Setembro -depois ficou ainda mais prejudicada após um interlocutor afirmar que o tema tinha se transformado em um detalhe em meio ao que foi chamado de incêndio em uma usina nuclear.

Mesmo que fosse adiante, a saída via CNJ também poderia vir a ser questionada futuramente no próprio STF. Gilmar Mendes, ministro do STF, reforçou essa visão em entrevista à Folha ao sinalizar que a Corte não poderia ser responsável por uma costura nesse sentido.

"Não me parece que sejamos nós o "locus" desse tipo de questão, de maneira inicial", afirmou. "Em algum momento, seja isso formulado pelo Congresso, seja isso formulado pelo governo, isto acabará sendo questionado e virá aqui, para que nós deliberemos", complementou.

O ministro Paulo Guedes (Economia) enxergava a proposta via Judiciário como mais simples e de resolução mais rápida do que a PEC enviada pelo próprio governo em agosto.

Mas, diante das resistências jurídicas a esse arranjo,

voltou a depender do Congresso em seu plano que é conseguir uma flexibilização da fatura de R\$ 89,1 bilhões em precatórios em 2022 e arranjar espaço orçamentário para outras despesas (como o novo Bolsa Família).

A diferença entre as duas propostas é que a PEC do governo criaria um mecanismo de parcelamento de precatórios em até dez anos e geraria um espaço orçamentário de R\$ 33,5 bilhões em 2022.

Já a solução via Judiciário criaria um limite anual de pagamento para os precatórios, que corresponderia ao valor pago em 2016 (ano de criação do teto de gastos) corrigido pela **inflação**. Isso resultaria, a princípio, em um espaço ainda maior do que a PEC do Executivo - de R\$ 49,2 bilhões no ano que vem.

O montante obtido nesse caso já seria suficiente para pagar despesas extras de R\$ 20 bilhões com a **inflação** e de outros R\$ 20 bilhões com a expansão do Bolsa Família (de acordo com números aproximados usados por economistas).

No caso da **inflação**, o projeto de Orçamento de 2022 foi enviado com uma estimativa de 6,2% para o INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 2022, mas os preços continuam escalando - e o percentual fechado ao fim do ano é que vai determinar o reajuste de despesas obrigatórias. Já se fala no governo em uma despesa de R\$ 16 bilhões a R\$ 18 bilhões acima da projetada na proposta de Orçamento. Mas a proposta pode até liberar mais gastos do que o necessário para a **inflação** e o Bolsa Família. Isso porque ao menos uma das versões do texto em discussão retira totalmente os R\$89,1 bilhões do teto de gastos em 2022.

Pressionam por uma saída que libere mais gastos as demandas da classe política por recursos. Conforme mostrou a Folha, analistas já identificaram uma pressão sobre o teto de gastos de aproximadamente R\$ 72 bilhões.

Essa conta inclui não só a **inflação** e o novo Bolsa Família, mas também as chamadas emendas de relator (R\$ 20 bilhões), a desoneração da folha de salários das empresas (até R\$ 10 bilhões) e o fundo eleitoral (mais R\$ 2 bilhões). Os números foram compilados por Samuel Pessôa, pesquisador da FGV

(Fundação Getulio Vargas), em artigo.

"A dificuldade é encontrar uma forma de estabelecer um gasto extrateto para 2022 sem que haja a percepção de desancoragem da política fiscal. Em "faria Lima", o quebra-cabeça é encontrar uma forma positiva de construir o Orçamento", afirmou Pessoa no artigo, em referência à avenida paulistana Faria Lima (sede de diferentes instituições financeiras).

"Quando há a desconfiança em relação à solvência pública, o câmbio deprecia, a curva de juros inclina - pois as pessoas cobram prêmios maiores pela elevação do prazo do vencimento de um título público."

"A dificuldade é encontrar uma forma de estabelecer um gasto extrateto para 2022 sem que haja a percepção de desancoragem da política fiscal" Samuel Pessoa pesquisador da FGV

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

75

A contrarreforma administrativa (Editorial)

Nada evidencia mais o patrimonialismo, o corporativismo e o clientelismo entranhados no Poder Público quanto a tramitação da reforma administrativa. A proposta do governo foi tardia e limitada.

As piores distorções não foram enfrentadas.

Na Câmara, entre a desarticulação do Planalto e as pressões corporativas, os poucos pontos positivos foram dilapidados, avanços históricos foram revertidos e novas distorções foram criadas. O texto final relatado pelo deputado Arthur Maia (DEM-BA) é uma verdadeira contrarreforma.

Uma boa administração deve prosperar em uma cultura de liderança orientada pelo espírito público, manifesto em valores como imparcialidade, proatividade e inovação. Deve ser eficaz e confiável, premiando o esforço, o talento e a iniciativa. E deve ser flexível e adaptável às transformações sociais, por meio de canais transparentes e abertos de diálogo entre servidores e servidos. As demandas excepcionais ao Poder Público suscitadas pela crise pandêmica escancararam o abismo entre esse ideal e a realidade.

O Estado brasileiro gasta muito e gasta mal.

Os servidores têm mais benefícios que seus pares na iniciativa privada, e no próprio funcionalismo a desigualdade entre a elite e as bases é maior do que no mercado privado. Os incentivos à produtividade e os prêmios ao mérito são escassos e viciados.

O resultado é uma máquina de gerar desigualdades, custosa, ineficiente e vista com desconfiança pelo cidadão comum, o que desencadeia um ciclo vicioso de vilanização dos servidores, retroalimentado pela sua vitimização.

Desde o início, as promessas do governo eram limitadas ao liberalismo de fancaria do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Cortar gastos, reduzir quadros excessivos e eliminar privilégios são condições necessárias para sanear a administração, mas não são suficientes nem as mais importantes para modernizá-la.

Mesmo esses objetivos, contudo, se perderam.

O presidente Jair Bolsonaro, historicamente ligado aos interesses do funcionalismo, nunca se empenhou em

aprovar as propostas de seu Ministério da Economia e manobrou para privilegiar suas bases, como as forças de segurança.

O texto final foi tão pervertido, que o Centro de Lideranças Públicas (CLP), que tem uma atuação consistente em prol da modernização do Estado e vinha subsidiando os parlamentares, considerou o projeto irremediável e retirou o apoio à reforma.

Entre as distorções, o CLP aponta a declaração de inconstitucionalidade de qualquer emenda que inclua membros da Justiça, justamente os que mais acumulam privilégios. O texto também abre brechas constitucionais para burlar a lei de supersalários. Se a matéria for aprovada, a avaliação de desempenho, que poderia ser regulada com mais agilidade e flexibilidade por leis ordinárias, será constitucionalizada.

Ao mesmo tempo, as regras propostas inviabilizam o desligamento por insuficiência, já que ela seria julgada no interior das corporações. O único gatilho fiscal da reforma, o mecanismo de redução de jornada e remuneração por adesão voluntária, foi eliminado.

Mais escandalosos são os afagos às forças de segurança: não só foram restaurados antigos privilégios eliminados na reforma da Previdência, como foram criados novos, como o foro especial para delegados; a inclusão das guardas municipais e polícias legislativas no rol de carreiras exclusivas de Estado; a nova pensão por morte; ou a retirada da cassação de aposentadoria como sanção administrativa.

Como constatou o presidente do CLP, Luiz Felipe d'Avila: "As mudanças só têm um sentido: melar a reforma. Eles não querem fazer a reforma, então fazem um parecer absurdo, que é óbvio que vai ser derrubado. E, se for aprovado, é um enorme problema para o País, que já gasta 13% do PIB com máquina pública e vai gastar ainda mais".

O monstro gestado pelas bases parlamentares governistas agravará o quadro fiscal, prejudicará a eficiência dos serviços e degradará a moralidade pública. A conclusão é incontornável: "O meu resumo", disse D'Avila, "é que esse parecer tem de ser jogado na lata de lixo".

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O desmanche da ciência (Editorial)

Com a informação de que suspenderá temporariamente a importação de insumos para a produção de medicamentos utilizados em diagnóstico e tratamento de câncer por falta de recursos orçamentários, o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) é mais uma vítima da asfixia financeira que o governo Bolsonaro vem promovendo na área de ciência, pesquisa e educação desde sua posse.

A informação foi divulgada pelo Ipen menos de dois meses após dois acontecimentos lamentáveis.

O primeiro foi o colapso da Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que reúne informações sobre trabalhos realizados por todos os pesquisadores brasileiros. O segundo acontecimento foi a advertência feita pela comunidade científica brasileira para o risco de um apagão, também decorrente de cortes orçamentários, das atividades do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que atua na área de tecnologias de exploração espacial e meio ambiente, de desenvolvimento de programas de previsão meteorológica por meio de satélites e de monitoramento de queimadas e emissão de alertas climáticos.

No caso do Ipen, a paralisia de suas atividades e serviços de medicina nuclear afetará não só a fabricação de remédios contra o câncer, mas, também, a elaboração de estudos e diagnósticos de diversas outras doenças, num momento em que o País enfrenta uma das mais graves crises de saúde pública de sua história. A paralisia também dificultará o funcionamento de hospitais e clínicas especializadas e causará problemas em famílias que têm algum de seus membros fazendo quimioterapia. Segundo previsões da Sociedade Brasileira de Medicina Nuclear (SBMN), a suspensão na distribuição dos radiofármacos do Ipen prejudicará cerca de 1,5 milhão de pessoas.

Atualmente, o órgão produz 25 diferentes radiofármacos, o que corresponde a 85% do fornecimento nacional. Além disso, os remédios produzidos pelo Ipen representam cerca de 10% dos medicamentos usados para tratar diversas doenças graves. "A crise do Ipen causará um apagão no tratamento do câncer no País", adverte o presidente da Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares, Celso Cunha. "O Ipen é produtor quase exclusivo no Brasil dos isótopos radioativos que

são utilizados na medicina nuclear.

Por exemplo, no diagnóstico de cintilografia óssea para procurar metástase óssea em pacientes com câncer e na cintilografia miocárdica para avaliar pacientes infartados e com doenças coronarianas", afirma o presidente da SBMN, George Coura Filho.

Há duas semanas, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada publicou um estudo chamando a atenção para o preço que o País está pagando pelo desprezo demonstrado pelo governo Bolsonaro à ciência e à pesquisa. O estudo mostrou que, no ano passado, a União investiu em ciência um volume de recursos inferior ao que destinou em 2009. Apesar da importância das pesquisas num período de pandemia, em 2020 foram repassados R\$ 7,2 bilhões, ante R\$ 18 bilhões em 2009, em valores corrigidos pela inflação. Entre outros órgãos, além do Ipen, do Inpe e do CNPq, essa redução prejudicou o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, o Centro de Pesquisa em Energia e Materiais, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

No campo econômico, a asfixia orçamentária da ciência acarreta perda de competitividade do País, num momento em que as disputas no âmbito de um comércio globalizado são cada vez mais acirradas.

No campo político, o menosprezo pela produção do conhecimento dificulta a formação de uma política científica capaz de subsidiar um projeto de futuro para o País, ao mesmo tempo que o torna um mero figurante nas discussões nas relações internacionais e na geopolítica mundial.

Esse é o preço que o Brasil está pagando por ter um governo incapaz de compreender que ciência é progresso e poder.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dois "Jaíres", dois Brasis - ELIANE CANTANHÊDE

ELIANE CANTANHÊDE

Jair Bolsonaro, do Brasil, é o único presidente do G-20 (grupo das 20 maiores economias do mundo) que não tomou nenhuma dose contra a covid-19, empurrou ministros a se vacinarem escondido e recorre aos seus "sentimentos" para induzir o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, a suspender a imunização de adolescentes, conclamando pais e mães a não vacinarem seus filhos. Um espanto!

Mais espantoso ainda pode ser o discurso de Bolsonaro hoje, na abertura da Assembleia-Geral da ONU, em Nova York: o mesmo presidente que se recusa a se vacinar e faz campanha contra imunização de adultos e de adolescentes vai fazer oba-oba com os números da vacinação no Brasil?

E acenar com exportação de vacinas para a América Latina?

Não está claro que personagem prevalecerá ali, falando para o mundo. O Jair, obstinado guerreiro contra vacinas, máscaras e isolamento social, alvo de uma CPI entupida de provas, documentos, relatos, vídeos e fotos e capaz de dizer as maiores barbaridades sobre tudo? Ou o Bolsonaro que lê, balbuciante e a contragosto, discursos que assessores e diplomatas escrevem, assim como assinou um manifesto escrito por Michel **Temer**, propondo trégua e equilíbrio?

O Brasil racional e os governos relevantes ao redor do mundo já conhecem de cor e salteado os "sentimentos" do presidente e certamente saberão separar o que é real e o que é empurrado para Bolsonaro ler, mas quem já frequentou o "cercadinho" do Alvorada, gritando "mito, mito", fazendo selfies e apoiando a baboseira pode ficar confuso.

Quem é esse na ONU? Deve ser o do "manifesto do **Temer**", pensarão.

Se haverá dois Bolsonaros no púlpito da ONU, serão também dois Brasis.

Um será o do discurso do presidente, gabando-se da aplicação de 222 milhões de doses de vacina do País e 80,5 milhões de pessoas totalmente imunizadas, discorrendo sobre o combate ao desmatamento e a

preservação da Amazônia, relatando maravilhas sobre a recuperação econômica, o auxílio emergencial e o "novo" Bolsa Família.

O outro Brasil, o real, é um bocado diferente: a vacinação só começou por pressão popular e competição com o governador de São Paulo, só 38,1% da população recebeu duas doses ou a dose única da Janssen, o desmatamento e as queimadas na Amazônia batem recorde sobre recorde, as reservas indígenas são constantemente ameaçadas e a economia. Bem, quedas seguidas nas projeções de crescimento, disparada de **inflação** e juros, desemprego desesperador, miséria desoladora.

Se os dois presidentes e os dois Brasis têm apoios para um lado e para o outro, isso também ocorre com a própria comitiva de Bolsonaro em sua terceira ida a Nova York para abrir a assembleia anual da ONU. Diplomatas e os "pragmáticos" (até onde exista essa espécie no governo) insistem e torcem para ele incorporar o Jair do manifesto e falar com moderação, realismo e elegância. Assessores diretos e os "ideológicos", ao contrário, atijam para ele chutar o pau da barraca, coerente com o do "cercadinho". E seja o que Deus quiser.

Já os vexames são um caso à parte.

Bolsonaro disse aos jornalistas que faria o discurso "em braile" (formato de texto para deficientes visuais) e ninguém entendeu nada. Será que ele confundiu com braile com libras (linguagem para deficientes auditivos)?

Ou foi só mais uma brincadeirinha de mau gosto, no lugar errado e na hora errada?

E que tal o presidente da República comendo pizza de pé na calçada com ministros e subordinados, porque não se vacinou e não pode entrar em restaurante nenhum?

Há quem ache o máximo um presidente que usa copo de geleia para receber autoridade estrangeira, come sozinho no bandeirão de Davos, não põe máscara e conta piadas de quinta em audiências com chefes de Estado. Mas há controvérsias. E o fato é que cada país tem o presidente que merece.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Crise da Evergrande desafia a China, derruba mercados e impacta o Brasil



LUÍS EDUARDO LEAL, ANTONIO PEREZ, MAIARA SANTIAGO, CIRCE BONATELLI, GABRIEL BALDOCCHI, LUCIANA XAVIER, MARIA REGINA SILVA, PAULA DIAS, REBECA SOARES e WAGNER GOMES

Com a perspectiva cada vez mais concreta de um calote da gigante do setor imobiliário chinês Evergrande, os mercados no mundo tiveram ontem um dia marcado por expressivas quedas e o temor de uma crise financeira global.

A percepção é de que o iminente colapso da segunda maior incorporadora da China é mais um sinal de desaceleração da economia do país asiático, que já vinha desafiada pelo contexto da pandemia de covid-19. A Evergrande tem dívidas de mais de US\$ 300 bilhões (ou R\$ 1,6 trilhão, no câmbio de ontem) e viu suas ações caírem para o menor nível em 11 anos.

Como o mercado imobiliário é um dos principais motores da economia chinesa, com uma participação de quase um quarto do Produto Interno Bruto (**PIB**), a apreensão é internacional.

O Ibovespa, principal indicador da Bolsa brasileira (B3), que na semana passada já havia tido quatro fechamentos em queda, ontem despencou 2,33%, aos 108.843,74 pontos, o menor nível em quase 10 meses - desde 23 de novembro. No mês, as perdas são de 8,37% e, no ano, de 8,55%. No câmbio, o dólar foi pressionado e subiu 0,93%, cotado a R\$ 5,3312.

Em Nova York, o índice Dow Jones fechou em queda de 1,78%; o S P 500, de 1,70%; e o Nasdaq, de 2,40%. Na Europa, a Bolsa de Londres recuou 0,79%; Frankfurt, 2,31%; e Paris, 1,74%. A Bolsa de Hong Kong fechou em baixa de 3,3%, enquanto os mercados acionários da China, do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan não operaram em razão de feriados.

Efeito local. Para o Brasil, o reflexo maior é no setor de commodities (produtos básicos, entre eles alimentos e petróleo, cotados em dólar), principalmente minério, que tem a China como a maior importadora. O minério de ferro desvalorizou quase 9% ontem, descendo a US\$ 92,98 por tonelada na China. A série negativa foi iniciada no dia 8 e agravada a partir do dia 16, refletindo a piora de percepção sobre o país asiático, já debilitado por iniciativas regulatórias restritivas em setores como o do aço. Ontem, as ações da Vale (VALE3) caíram 3,30%, e as da Companhia Siderúrgica Nacional (CSNA3), 3,09%. Petrobras ON e PN cederam, respectivamente, 1,06% e 1,12%.

Outro impacto para o Brasil é a ameaça de perder investimentos.

Roberto Motta, chefe da mesa de derivativos da Genial, considera o risco de que o colapso da Evergrande reduza o fluxo de recursos de investidores estrangeiros para os países emergentes, entre eles o Brasil, que ainda tem a crise política e o risco fiscal a resolver.

A Evergrande foi influenciada pelo boom imobiliário na China, mas não consegue entregar os imóveis para os clientes, o que tem multiplicado as ações judiciais contra a companhia. A empresa já avisou aos credores que não conseguiria cumprir os pagamentos de juros da dívida com vencimento ontem.

Risco global. A Capital Economics diz, em relatório enviado a clientes, que as repercussões do "caso Evergrande" para o resto do mundo estão crescendo, mas avalia que a turbulência ainda não chegou à escala de "sustos" anteriores na China, como a guerra comercial com os Estados Unidos em 2018 e 2019 ou a desaceleração da economia do país asiático em 2015 e 2016.

Apesar dos temores, a agência classificadora de risco S P Global Ratings afirma que um eventual calote não gerará uma onda de falências nem terá repercussões leves: gerará uma situação intermediária.

Os novos indícios de dificuldade da gigante chinesa colocaram em pauta se haveria o risco de uma eventual quebra provocar o mesmo efeito do colapso do Lehman Brothers na crise de setembro de 2008,

que em efeito dominó levou o mundo a uma crise financeira profunda e duradoura.

A maior parte dos analistas descarta esse risco porque acredita numa intervenção do governo chinês. Na visão de Fábio Bergamo, diretor da JLP Asset Management, os problemas financeiros da Evergrande vão afetar detentores de títulos de dívidas corporativas espalhados pela China e por outros países.

O grande peso, avalia, será sobre os bancos credores chineses, fornecedores locais de materiais de construção e cerca de 1,5 milhão de cidadãos que compraram imóveis na planta.

Não ruiu a confiança dos analistas em relação ao governo chinês ainda. "Pequim provavelmente apoiará o que for necessário para evitar o envio de ondas de choque através de seu sistema financeiro", avalia em nota Edward Moya, analista de mercado da OANDA em Nova York.

A onda de aversão a ativos de risco desencadeada pelo caso chinês vem justamente na semana que abrigará a "Super Quarta", com decisões de política monetária no Brasil (Copom define nova taxa básica de juros, a Selic) e nos Estados Unidos (o banco central americano, o Fed, pode definir a retirada de estímulos na economia) - o que reforça a apreensão e a cautela no mercado brasileiro.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

BOLSA EM QUEDA, DÓLAR EM ALTA

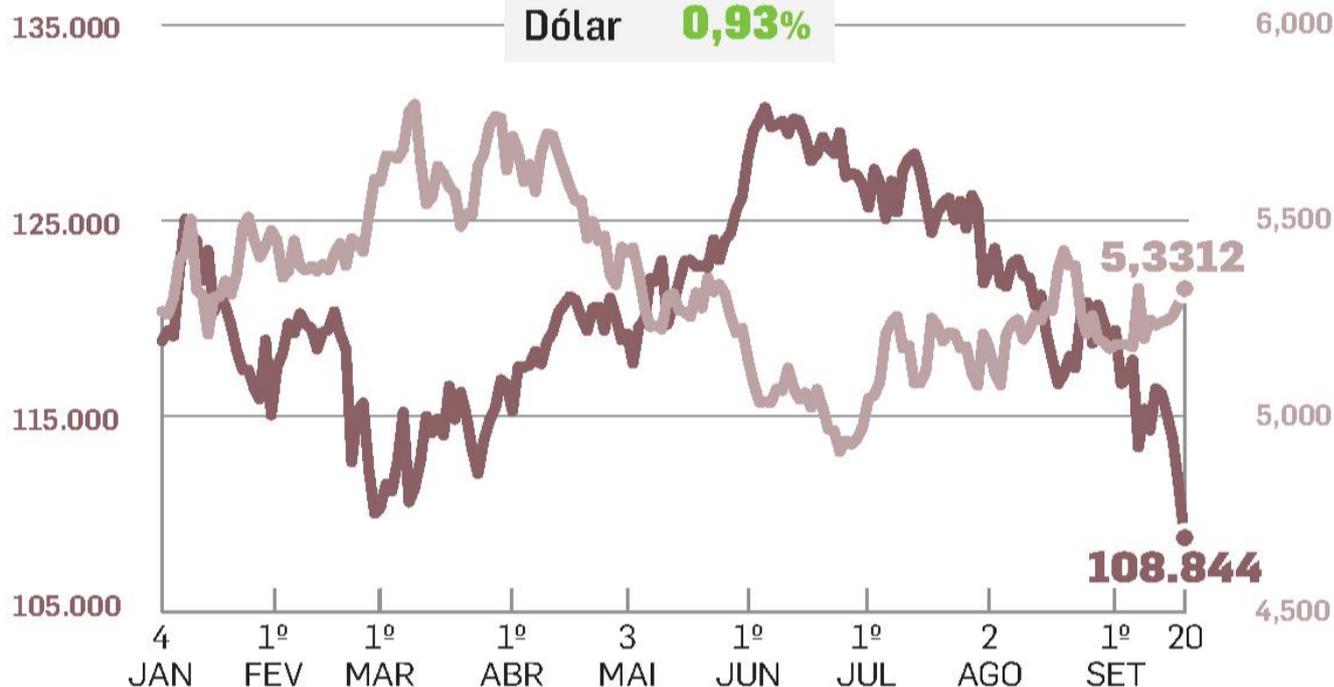
Ibovespa
EM PONTOS

VARIAÇÃO NO DIA

Bolsa **-2,33%**

Dólar **0,93%**

Dólar
EM REAIS



FONTE: BROADCAST

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Mercado já projeta alta de 8,35% para inflação e Selic de 8,25%

THAÍS BARCELLOS

A projeção do mercado financeiro para a **inflação** neste ano se distanciou ainda mais do teto da meta perseguida pelo Banco Central. Os economistas elevaram de 8% para 8,35% a previsão para o IPCA, conforme o Relatório de Mercado Focus divulgado ontem pelo próprio BC.

Foi a 24.^a semana seguida em que os economistas revisaram suas estimativas, na esteira dos reajustes de combustíveis, alimentos e energia elétrica. O centro da meta para o ano é de 3,75%, sendo que a margem de tolerância é de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%).

Da mesma forma, os economistas elevaram suas projeções para a Selic. Segundo o relatório Focus, as projeções para a taxa básica de juros passaram de 8% para 8,25% ao ano. Há um mês, a estimativa era de 7,50%.

Já a projeção para o fim de 2022 foi de 8% para 8,50% ao ano, ante 7,50% de um mês antes.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC anuncia amanhã a nova Selic. Sem perspectiva de trégua na escalada de preços no curto prazo, analistas preveem outra alta de um ponto porcentual, o que levaria a taxa para o patamar de 6,25% ao ano.

PIB. Os economistas ouvidos pelo BC mantiveram a projeção de 5,04% para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2021. Para 2022, porém, a previsão de expansão caiu de 1,72% para 1,63% - quatro semanas atrás, estava em 2%. Para 2023, a projeção de crescimento permaneceu em 2,30% e, para 2024, em 2,50%.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo vê volta de contas no azul a partir de 2023

IDIANA TOMAZELLI

Após nove anos com contas no vermelho, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, vê a retomada dos superávits nas finanças do Brasil a partir de 2023. A projeção foi divulgada pelos técnicos nas informações complementares do Orçamento de 2022, enviadas ao Congresso Nacional em 15 de setembro.

A expectativa de melhora, no entanto, é otimista diante da visão de economistas de fora do governo de que o crescimento será menos vigoroso em 2022, com efeito sobre a arrecadação.

O Tesouro Nacional confirmou que o cenário para o resultado primário das contas do governo central aponta um leve superávit de R\$ 2,8 bilhões em 2023 e outro maior, de R\$ 60,8 bilhões, em 2024. No ano que vem, ainda haveria um rombo de R\$ 49,6 bilhões, como foi registrado no próprio Orçamento.

Segundo o órgão, os números não configuram um cenário oficial de governo, pois refletem a média de 500 cenários analisados pelos técnicos. Além disso, as contas podem sofrer futuras revisões, de acordo com as expectativas para o comportamento da economia. A meta para 2023, por exemplo, só será definida de fato no ano que vem.

Além disso, as projeções do governo consideram um avanço do **PIB** de 2,5% no ano que vem, um desempenho bem mais otimista do que o esperado na média do mercado (1,63%).

Segundo o Boletim Focus, em que o Banco Central coleta as estimativas de analistas mercado, a expectativa ainda é de déficits de 1,0% do **PIB** em 2022; de 0,65% em 2023; e de 0,1% em 2024.

Estimativa

R\$ 2,8 bi é a estimativa de superávit nas contas públicas a partir de 2023, de acordo com informações complementares do Orçamento de 2022, enviadas ao Congresso Nacional em 15 de setembro. O cenário traçado por técnicos do governo destoa de análises do mercado, que apontam para déficit pelo menos até 2024.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alta de preços: 75% da população culpa Bolsonaro

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

País melhora em inovação, mas desempenho segue ruim

Assis Moreira

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187012?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187012?page=1§ion=1

Brasil lidera, mas inflação alta assombra toda a AL

Roberto Lameirinhas

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187012?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187012?page=1§ion=1

Novos e velhos desafios fiscais esperam Estados e municípios (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187012?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187012?page=1§ion=1

"Tem faltado respeito na relação entre os Poderes"

Carolina Freitas

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187012?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187012?page=1§ion=1